

A TERRITORIALIZAÇÃO DE SENTIDOS ENTRE O RIO PARAGUAI E A CIDADE
THE TERRITORIALIZATION BETWEEN THE SENSES: THE PARAGUAI RIVER
AND THE CITY.

Ana Luiza Artiaga R. da Motta
 Doutora em Linguística
 Universidade do Estado do Mato Grosso¹
 (analuzart@terra.com.br)

RESUMO: Este artigo tem como propósito produzir uma reflexão discursiva sobre um dos rios que constitui o Pantanal de Mato Grosso. Para tanto, tomaremos o rio Paraguai, enquanto texto, e, a partir dessa materialidade simbólica, discutiremos a memória sócio-histórica e política do rio e a cidade de Cáceres (MT). No processo de compreensão da relação entre o rio e a cidade, analisaremos, também, placas e entrevistas, observando os efeitos de sentidos que o discurso da preservação ambiental produz no espaço urbano.

Palavras-chaves: Discurso; Texto; Ambiente; Rio Paraguai; Preservação

ABSTRACT: This article has the purpose to produce a discursive reflection on one of the rivers that constitutes the Pantanal of Mato Grosso. For it, we will take the river Paraguay, as text, and from that symbolic materiality, we will discuss the socio-historical and political memory of the river and the city of Cáceres (MT). In the process of comprehension about the relationship between the river and the city, we will also analyze, signs and interviews, observing the sense, from which the effects that the environmental preservation discourse might produce in the urban space.

Keywords: Discourse; Text; Environment; River Paraguay; Preservation

Colocar a questão da cidade na perspectiva da Análise de Discurso nos permite pensá-la enquanto sentido, na relação língua e sociedade. Entendemos (ORLANDI, 1999) que a cidade se articula entre a ordem e a organização. A ordem tem a ver com o simbólico, o real da cidade em seu ser. Já a organização volta-se para as estruturas internas organizacionais da cidade, o processo de individualização do sujeito pelo jurídico. Assim, para construirmos uma reflexão teórica tomamos como lugar de interpretação a cidade de Cáceres, em Mato Grosso, localizada às margens esquerda do rio Paraguai.

O fato de trazermos a cidade de Cáceres para uma reflexão, neste artigo, deve-se à geografia, à significância sócio-histórica e política do rio com a cidade.

Em Mato Grosso, o rio Paraguai se abre para *gestos de interpretação* (ORLANDI, 1996), ele se significa de muitas maneiras sobre a sua inscrição no processo sócio-histórico e político da região. Podemos dizer a partir de Orlandi (2004, p. 35) que as “relações sociais são relações de sentido e estas estão, nessas

¹ O assunto abordado, neste artigo, nasce a partir da dissertação de Mestrado em 2003 - UNICAMP. No momento, é reformulado para o propósito desta publicação.

condições, já preenchidas pela sobredeterminação do urbano”. Isto implica, então, pensar nas condições políticas e sociais da cidade, a ordem significativa, como ela é constituída, diz sobre os fatos.

Em Cáceres – MT, as condições de fundação da cidade, da espacialização urbana permitem que se questione a relação entre o rio e a cidade. Em 1778, a cidade nasce com um objetivo que tem a ver com o espaço hídrico, o que possibilitaria a navegação entre a região de Mato Grosso e São Paulo (MENDES, 1973).

No contemporâneo, o discurso da mundialização produz outros sentidos, ecos, na cidade sobre a relação entre o sujeito/ambiente. Isto é,

O sentido anterior é desautorizado. Instala-se outra “tradição” de sentidos que produz outros sentidos nesse lugar. Instala-se uma nova “filiação”. Esse dizer irrompe no processo significativo de tal modo que pelo seu próprio surgir produz sua “memória”² (ORLANDI, 1993, p. 13).

Nota-se, assim, uma ruptura, uma outra inscrição em uma outra formação discursiva sobre o *corpo* do rio com a sociedade mediante as leis. Em 1999, a Lei de Pesca Estadual nº. 6.672 de 20.10.95 normatiza as relações entre a cidade e o rio instituindo sentidos outros para o pescador ribeirinho, o amador, o turista e para o comércio. Desse modo, a relação entre a cidade e o rio, no poder local, toma outra dimensão que o coloca como um ponto atrativo para o turismo, para a pesca desportiva, para o Festival Internacional de Pesca – FIP, para o desenvolvimento sustentável. Há uma regionalização de sentidos que inscreve o rio em uma discursividade ecológica.

Sustentada no pré-construído da relação sujeito/ambiente, a cidade enquanto registro se espacializa e constitui sentidos no social a partir da textualização do rio e seus espécimes. Entende-se que é o rio Paraguai que dá corpo significativo à cidade de Cáceres, atravessando-a com os efeitos imaginários, que organizam a cidade, o comércio, o espaço urbano, a ordem cidadina que tem a ver com a geografia.

² Conforme Orlandi (1993: 13) no texto, “Vão Surgindo os Sentidos”, *in* Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional, “fundacional” há necessidade de “filiar-se” a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação.

A expressão “cidade” é aqui pensada enquanto texto, sentido (ORLANDI, 2004). Zoppi-Fontana (LABEURB, 1996) diz que,

Pensar a cidade na sua dimensão discursiva, isto é, na dimensão dos processos discursivos que constituem as imagens de cidade e de cidadão/cidadã que orientam as práticas do espaço urbano implica pensar como ela significa, quais são os sentidos produzidos nela e sobre ela pelos diversos discursos que a configuram e interpretam (p. 53).³

Neste trabalho, pensar a cidade significa tomá-la em seu espaço demográfico que constitui o social e que não escapa ao sentido da língua, da interpretação. Nesse processo, o sujeito não está fora. Ao contrário, o movimento é possível porque ele, enquanto sujeito, se assujeita à língua para significar. Efetivamente, o sujeito constrói história, se significa, ou dito de outra forma, sujeito e sentido se constituem simultaneamente, na língua, na história. E isto faz parte da relação homem e mundo. Não estamos dizendo de uma relação direta, entre homem, natureza e mundo (ORLANDI, 1996). Para trabalharmos esta mediação é preciso reconhecer o discurso enquanto possibilidade de trabalharmos essa relação.

Se olharmos a cidade enquanto processo discursivo, memória toma-se os fatos e discutem-se os processos que implicam pensá-la como patrimônio sócio-histórico. Quais os sentidos possíveis produzidos nela e sobre ela, que se configuram na confluência do espaço urbano, que delimitam sentidos? Como trabalhar esse efeito, o jogo de discursos que impõem sentidos no que diz respeito à preservação de espaços públicos e privados?

Entende-se que pensar a cidade, enquanto espaço simbólico significa pensar a sua organização, os direitos e deveres que circulam na linguagem que a movimenta no fluxo do dia-a-dia. Para Rolnik (1988, p. 19), “são regulamentos e organizações que estabelecem uma certa ordem na cidade, definindo movimentos permitidos, bloqueando passagens proibidas”.

A cidade de Cáceres, por exemplo, tem, a nosso ver, no *rio Paraguai*, no desenho das ruas estreitas, nos casarões datados em meados dos séculos XIX e XX, nas praças, nas canoas dos pescadores ribeirinhos como também na figura do

³ Zoppi – Fontana, Mónica Graciela. Trabalha a cidade como fluxo de inclusão/exclusão dos sujeitos no espaço social, urbano. Ver- RUA – NUDECRI – UNICAMP, 1999.

pantaneiro,⁴ textos que historicizam a vida deste lugar e que constituem o discurso urbano sobre a preservação do ambiente. É esse movimento histórico que é constitutivo da língua que pensamos quando nos propomos a analisar a cidade e o rio Paraguai enquanto texto, materialidade significativa, na região considerada o Estado das Águas.

Textualização: o rio na cidade

A cidade enquanto espaço de linguagem é sujeita à interpretação e tudo tem a sua significação, ela é preenchida. Não há espaços vazios que não estejam ali significando dentro do social, do urbano. Entendemos como Orlandi que

Relações sociais são relações de sentido e estas estão, nessas condições, preenchidas pela sobredeterminação do urbano. Não restam espaços vazios na cidade, sua realidade estando toda ela preenchida pelo imaginário urbano. Os sentidos do “público” já estão desde sempre suturados pelo urbano de tal modo que a cidade é impedida de significar-se em seus não-sentidos, os que estariam por vir, as novas formas de relações sociais, em nossos termos, novas relações de sentidos. Sem espaço vazio, não há possível, não há falha, não há equívoco. Tudo se dá previamente, definitivamente projetado” (ORLANDI, 2001, p. 14).

Na cidade de Cáceres, o rio Paraguai não está fora da cidade, da relação de linguagem, de poder, e dizer. Ao contrário, ele constitui, no fio do discurso, o dizer da preservação, da conscientização. Os peixes têm um sentido para o social, para o Estado, para o universo da pesca e para os sujeitos, cuja vida se liga a esse espaço pesqueiro.

Segundo Cunha (2000, p. 19)⁵, “no universo da pesca é possível evidenciar um conjunto de significados simbólicos impressos à água pelo pescador artesanal”. Observemos o que nos diz os pescadores ribeirinhos entrevistados⁶:

Pescador nº 1: Bom ... o Pantanal dá muita alegria pra gente, né, desde os pássaros, né, no acampamento chega, né, tá cantano de

⁴ Pescadores ribeirinhos são pescadores que têm a sua casa próximo à beira-rio. Enquanto que o pantaneiro é o cidadão que mora em fazendas no Pantanal.

⁵ . CUNHA (2000), *in* A imagem das águas (org.) Antônio Carlos Diegues, reúne vários artigos que textualizam a água, o sentido impresso a essa imagem.

⁶ Os pescadores entrevistados em 1999, não tiveram seus nomes registrados, neste trabalho, por uma questão de acordo entre o pesquisador e os entrevistados. Somente os caracterizamos como entrevistados em forma numérica.

manhã cedinha, à tarde, né, é maravilha, né, ocê ficá na beira do Pantanal, né, às coisas tudo alegre, né, fica relaxado, né, balançano, né, e dá dá... uma alegria pra gente, né, .. pra qualquer uma pessoa que vai no Pantanal, né... bastante mesmo, né. ..

Pescador nº 2: É se a gente não resistir de coragem ... num aguenta por que tem mosquito ... lá nos arma rede lá naqueles pé de pau lá... na beira do rio e começa a balança e olha pra bera do riu... passa bote, passa lancha, passa turista passa tanta coisa, né, nós lá chega hora de nós pescá, nós vai... E a onça tem um punhado tamem ... nós fica de olho pro mato de noite... (o riso toma conta de todos) que beradeia memo prá água... Achô um jacaré lá de jeito, pá .. pulô nele lá, já panhô e saiu rastano ... e se é uma pessoa , né.. Já tinha ido tamém.

... a vida do pescador é difícil... num é fácil... é pernilongo é... um...um... dorme mal, come mal... É DIFÍCIL A VIDA DE PESCADOR ... e ainda num sei por que, que eles estão... implica tanto com o pescador profissional... o turista vem... deita e rola ... e leva tonelada de pexê ... com todo conforto ... agora num sei porque que persegue ô... ô profissional... será por que nós somos PIQUENINHOS, nós num tem dinheiro? /.../ para que nós possa sustá um advogado? /.../ só pode ser isso aí. (grifos nossos)

Pode-se analisar do lugar do rio o sentido que essa posição-sujeito pescador ribeirinho dá ao lugar de pescador: “alegria, o Pantanal é alegria [...] Fica relaxado [...] É se a gente não resistir de coragem, tem pernilongo [...] onça tem um punhado [...] a vida do pescador é difícil... num é fácil,[...] eles implicam tanto com o pescador profissional... o turista vem deita e rola [...] com todo conforto, [...] nós somos PIQUENINHOS, nós num tem dinheiro? [...] possa sustá um advogado?”

Há uma oscilação discursiva que configura uma mobilidade de sentidos sobre o espaço do rio, sobre a profissão de pescador. No movimento do dizer do pescador ribeirinho, ele se constrói como um lutador, aquele cidadão de coragem que tem uma profissão de que emana perigo, cuidados, e ele vive em confronto com esse espaço. O pescador se vê como piqueninhos, devido a sua posição social em contraponto com o turista que tem todo conforto. A formulação nos permite pensar em uma sobredeterminação entre a posição do sujeito-pescador pelo sujeito-turista. Há um recobrimento da posição pescador ribeirinho pelo pescador turista. O turista nessa relação de poder opacifica o pescador ribeirinho. São sentidos constituídos pela possibilidade do acesso ao peixe, ao espaço do rio, à prática do turismo. Entendemos, conforme Pfeiffer (2001) “espaço discursivamente, isto é, como um

lugar atravessado pela memória, atravessado por um conjunto de gestos de interpretação, é onde o sujeito se inscreve historicamente, tomando sentidos” (p. 32)⁷

É esse deslize de sentidos entre este e aquele que desce o rio, sobe o rio, cuida do rio, que produz no social uma teia de dizeres conflitantes. Como nos disse uma bióloga em entrevista:

[...] Jean-Pierre falou: quando você mata um povo indígena, você está matando uma grande parte da biodiversidade. Então, quando você perde um povo indígena, você perde um ambiente natural. Porque aquele ambiente tinha tudo a ver com aquele povo indígena. Aqui, quando a gente acabar, se a gente aceita os interesses econômicos e se a gente acabar com o rio, você acaba com a cultura das pessoas também, porque ela como os animais, como a flora ela acostumou com esse... com o que ela vive no Pantanal.”⁸

Compararemos o recorte da entrevista entre “Quando você perde um povo indígena, você perde um ambiente natural.” e “se a gente acabar com o rio, você acaba com a cultura das pessoas”. Há um lugar comum, o ambiente de sobrevivência. Como nos disse um pescador-ribeirinho “o rio foi e, é a vida e a alma nossa, desde antigamente”. Neste caso, o rio Paraguai, que em décadas passadas constitui um sentido para a cidade, para o pescador ribeirinho, na atualidade, desloca-se, deixa de representar uma unidade e se inscreve em uma outra formação discursiva da normatização, da preservação.

A noção de ecossistema se reveste de significados. O rio toma múltiplos sentidos e o comércio se sustenta nessa discursividade ecológica sobre o turismo. Observemos o recorte:

“O que nós temos de melhor é o rio, se você acabar com o peixe você acaba com o rio. I o rio perde a graça que ele tem, e a graça maior pra quem gosta do rio é você vir pra pescar. Não importa se você veio pra pescar um pintado, um dourado ou um lambari. A coisa realmente... a essência é você pescar” (entrevistado – turista – grifos nossos).

⁷ Ver Pfeiffer, Cidade e Sujeito Escolarizado Urbano. *In* Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço (Org.) Eni P. Orlandi. Pontes, 2001.

⁸ Jean-Pierre, o nome citado pela nossa entrevistada, trata-se de um visitante pesquisador Francês, que em uma palestra realizada na Universidade do Estado de Mato Grosso, discutiu a presença do homem no espaço natural dos animais.

O rio configura, na formulação, possibilidades de prazer e lazer. O sujeito coloca o espaço do rio como lugar de graça, de beleza, afirmando que “a graça maior pra quem gosta do rio é você vir pra pescar”. Dito de outra forma, se não tem, o peixe perde o encanto, o brilho, e conseqüentemente o turista, que vem para pescar.

A cidade atravessada pelo discurso ambiental se coloca em: placas, artesanatos, bares, fotografias, folders, Festival Internacional de Pesca, camisetas, cartão telefônico temático, telefone público temático, quadros, pinturas ecológicas em postes de energia elétrica. São distintas formas de representar o que a cidade produz, e é.

Como é possível perceber, não se trata de uma mera vizinhança entre a cidade e o rio. A questão, então, seria questionar, na transitividade urbana os efeitos de sentidos do rio Paraguai na cidade, tendo em vista a multiplicidade de textos. Por outro lado, no anonimato, a linguagem que cruza a cidade se estampa, ganha corpo. Textualiza-se, nessa “narratividade urbana⁹”, a economia, o político e o social que circulam em cada espaço, o que produz um preenchimento no urbano pelo discurso da preservação.

A cidade é atravessada pela “narratividade urbana”. Interpretar o jogo que atravessa essa discursividade é constitutivo dos sujeitos. É ela (a cidade) que dá a direção, por meio das imagens, dos sentidos, da escrita.

Afinal, como as possibilidades de discursos vão se configurando nos meios que colorem a cidade? Como se textualiza um determinado assunto de interesse ecológico e sócio-econômico na realidade dos transeuntes?

Considerando os efeitos de sentidos desse real, o Estado de Mato Grosso se descobre para o mundo como uma região de biodiversidade. O Pantanal mato-grossense categoricamente abriga na imensidão das águas espécies exemplares de piscicultura. Isto atrai visitantes dos diversos pontos do Brasil e de outros países que apreciam a beleza das paisagens e desfrutam do prazer da pesca. Nesse meio, o Estado assegura pelo jurídico, a Lei Estadual de Pesca e a cidade se coloca no dizer do direito e o dever.

Observemos os itens – A e B :

⁹ . Conforme ORLANDI, “Narratividade urbana” pode ser lido em Tralhas e Troços: O Flagrante urbano, 2001.

Às margens da rodovia, BR 364¹⁰, entrada da cidade de Cáceres, em meio às placas de sinalização de trânsito rodoviário, figuram os seguintes dizeres:

A – “Turista se você é consciente aqui é o seu lugar, obrigado”.
 “A natureza agradece a sua visita e o seu respeito”.
 “Pescador, pesque consciente, respeite a vida” (grifos nossos).

A placa trabalha territorializando sentidos permitidos, possíveis para a vida vegetal, animal e aquática no espaço pantaneiro. Joga com a inteligibilidade daquele que cruza as rodovias e lê no ambiente o ambiente. Na regularidade do dizer, o locutor é o Estado, que tem o discurso oficial e que fala sobre a relação homem ambiente de um lugar institucional. A placa enquanto texto configura o discurso sobre a Educação Ambiental, a preservação ecológica que remete a posição do turista e do pescador em relação ao rio.

Há um processo de “memorização”, como parte dos sentidos já fazendo um efeito de pré-construído, que joga com a possibilidade do outro, o leitor de “apreender” o que está grafado nas placas. É como se o sentido pudesse ser pego e fixado *a priori* naquela formação discursiva. Como diz Pêcheux (1995 p.162) “que o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material (...)”. Nessas condições o texto funciona como se o sentido estivesse naturalizado.

Quando pensamos o texto pensamos: em sua materialidade (com sua forma, suas marcas e seus vestígios); como historicidade significante e significada (e não como “documento” ou “ilustração”); como parte da relação mais complexa e não coincidente entre memória/discurso/texto; como unidade de análise que mostra acentadamente a importância de se ter à disposição um dispositivo analítico, compatível com a natureza dessa unidade (ORLANDI 2001, p. 12).

Do ponto de vista teórico da Análise de Discurso, podemos referir que, necessariamente, ler o texto no espaço urbano, mobiliza interpretação no social, dada a espessura semântica da materialidade, a historicidade.

A historicidade, entendida na Análise de Discurso, é constitutiva. Na sua construção, não se parte de um conhecimento sobre o texto, ao contrário, questiona-

¹⁰ Placas catalogadas em 1999.

se o texto. A análise parte do próprio texto, uma vez que esta peça¹¹ é significativa enquanto materialidade histórica. “Não se trata, assim, de trabalhar a historicidade (refletida) no texto, mas a historicidade do texto, isto é, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos” (ORLANDI, 1996, p. 55). Em outras palavras, é o próprio trabalho de compreender o sentido, o efeito desse sentido ao sujeito que é sujeito à interpretação, que é chamado na Análise de Discurso, de historicidade.

Há um gesto político que instaura todo texto dividindo sentidos, remetendo-os a certas formações discursivas e não a outras que remete a outros funcionamentos de outras formações discursivas. Ou seja, para Pêcheux (1995):

Numa palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria “próprio” vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva (p.161).

A citação a partir de Pêcheux nos faz compreender que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido. Assim, o texto é levado a *escutas* significativas que remetem a distintos questionamentos: que memória o intradiscorso trabalha nesse enunciado? Como o texto significa no imaginário dos sujeitos que atravessam a cidade?

A memória é pensada em relação ao discurso, àquilo que já foi dito em determinadas condições e que é retomado na formação do divisível, funcionando como um pré-construído. Assim, tudo o que já foi dito sobre preservação ambiental por distintas posições-sujeito em momentos determinados, constituem sentidos.

Diremos, nessas condições, que o dizer de uma placa é um texto significativo e, pelo fato de estar exposta à circulação, no perímetro urbano, tem o seu sentido instituído que convoca na transitividade, os possíveis interlocutores à injunção a diferentes gestos de interpretação¹². De certa forma, o cidadão está sendo convocado como o responsável pela limpeza e conservação do ambiente, pela venda da imagem do local para a visita do turista.

¹¹ ORLANDI (1996, p. 14) pensa o texto como uma “peça” já que não se pensa o texto como original, mas em sua materialidade com suas articulações na construção do ou dos sentidos.

¹² Sobre Gestos de Interpretação ver Orlandi (1996a).

B – Placas localizadas às margens do rio Paraguai em frente aos estacionamentos de barcos, lanchas e canoas.

1) Turista, ajude-nos a conservar, o Pantanal
 Não deixe lixo nos
 Acampamentos e não jogue latas
 E sacolas plásticas no rio.

2) Aqui se inicia o Pantanal,
 Paraíso dos pescadores.
 Ajude-nos a preservá-lo.

3) As gerações futuras agradecem seus
 cuidados com o Pantanal.
 A cidade ribeirinha se transforma
 Com sua chegada!
 Seja bem-vindo!

4) Turista, se você ama a natureza, aqui
 É o seu lugar!
 Seja bem – vindo!¹³

Como se sabe, o espaço urbano faz parte da organização do ser humano. Nesse meio de dizíveis, as informações se cruzam, se repetem, jogam com diferentes posições-sujeito.

As placas territorializam sentidos sobre a *preservação ecológica*, produzindo um mesmo dizer, que se reformula em cada placa. O locutor é a própria cidade, o próprio rio que diz de um lugar importante para o turista: “Aqui se inicia o Pantanal paraíso dos pescadores. Ajude-nos a preservá-lo.”

O já dito constitui todo dizer sobre a preservação e conscientização, algo fala antes e atravessa o mesmo que se repete, abrindo para o efeito de sentido do outro e também para diferentes sentidos no mesmo (cada conjunto de placas remete as chamadas formações imaginárias que atravessam todo discurso). Há um jogo com a memória do interlocutor, constituindo deslocamentos, movimentos possíveis de leitura nessa espacialidade urbana.

Os dizeres das placas configuram interlocutores como: os habitantes e o turista. O turista como um cidadão que é bem-vindo, mas que textualize o gesto de preservar o espaço do rio, na prática. Podemos compreender que o texto abre-se para múltiplos sentidos, dá margem ao imaginário do que é o turista e como o rio

¹³ As placas e entrevistas em análise, neste artigo, foram catalogadas em 1999.

significa para a cidade. Ao mesmo tempo, esse efeito ideológico naturaliza o dizer sobre a preservação.

Idealiza-se um sujeito-eco¹⁴ na materialidade simbólica, mesmo que ele não se mostre. É preciso que pensemos nas condições de produção, no cruzamento dos discursos desse sujeito-eco, que a nosso ver é constitutivo do imaginário do discurso ambiental. Assim, de que lugar são expostos para o social tais enunciados? Como essa busca da preservação se organiza no espaço urbano? É por meio dos questionamentos que atravessamos a materialidade simbólica que joga no social com os possíveis interlocutores. É daí que pensamos na posição das placas na beira-rio. A placa está ali indicando que há um movimento, uma circulação de sentidos. É um lugar importante, onde quem está falando para seus habitantes, aos turistas, é o rio. A formulação dos dizeres das placas traz a repetição do apelo ao ecológico, à limpeza, aos cuidados com o ambiente no ambiente.

Na Análise de Discurso, a repetição (paráfrase) se refere à reiteração do mesmo. Já a polissemia¹⁵, à produção da diferença. Há, dessa forma, uma diferença no feixe dessa produção de sentidos. Em paráfrase e polissemia, um dizer não se perde no outro, ou se funde tão simplesmente pelo apagar das luzes. O mesmo, o repetível, o diferente, o polissêmico, trabalha necessariamente com o imaginário na constituição dos sentidos.

Em suma, o que mobiliza sentidos no processo discursivo são os deslizamentos, os processos de metaforização, a transferência de sentidos que atravessa o que se diz e como se diz sobre o rio Paraguai na cidade. Assim, a preservação ambiental, no poder local, tem a ver com a historicidade, a memória, o interdiscurso, naquilo que se silencia entre palavras.

Referências

DIEGUES, Antônio Carlos (org.) **A Imagem das Águas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

DUNLAP, Riley E. The evolution of environmental sociology: a brief history and assessment of the American Experience. In: **The international and book of environmental sociology**. Northampton, USA. 1997.

¹⁴ O sujeito-eco é a nosso ver constitutivo imagetivamente, a partir do simbólico de diferentes textos.

¹⁵ ORLANDI (1998), in Revista Rua nº4, trabalha a paráfrase e a polissemia como eixo que estrutura a língua em funcionamento.

FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo. (Org.) **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas, SP: 2.^a ed. UNICAMP, 1997.

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

FERREIRA, Lúcia da Costa, LEIS, Hector Ricardo & VIOLA, Eduardo. Confronto e Legitimação. In **O Ambientalismo no Brasil: Passado, Presente e Futuro**. (Org.) Enrique Svirsky & João Paulo R. Capobianco. S.P. Instituto Socioambiental: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

HENRY, Paul. Apêndice: Sentido, Sujeito, Origem. In **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas, SP: 1993

MENDES, Natalino Ferreira. **História de Cáceres: História da Administração Municipal**. Cáceres-MT, 1973.

____ **Memória Cacerense**. Cáceres: Carlini e Carniato, 1998.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga R. da. **O sujeito no discurso ecológico sobre a pesca na cidade de Cáceres Estado de Mato Grosso**. Dissertação Mestrado em Lingüística, Unicamp, 2003.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Vozes, 1996a.

____ “Enfoque linguístico / discursivo da educação ambiental.” In: **Gaia e Ecoar de Educação Ambiental**, 1996b.

____ **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996c.

____ N/O Limiar da Cidade. In. **RUA**, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP. 1999.

____ Tralhas e Troços: o flagrante urbano. In: **Cidade Atravessada: os Sentidos Públicos no Espaço Urbano**. Labeurb. Campinas: SP., 2001.

____. **Discurso e Texto**. Campinas, SP: Pontes, 2001

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. “Discurso e ideologia” in: **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (trad.) Eni P.Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1995.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 1997.

_____. Papel da Memória. In. **Papel da Memória**. Campinas, SP. Pontes, 1999.

PFEIFFER, Cláudia Castellanos. Cidade e Sujeito Escolarizado. In **Cidade Atravessada: Os Sentidos Públicos no Espaço Urbano**. (Org.) Eni P. Orlandi. Campinas, SP. Pontes, 2001.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade?** Brasiliense, SP. 1988.

SILVA, Telma Domingues. **A Biodiversidade e a floresta tropical no discurso de meio ambiente e desenvolvimento**. - Tese de Doutorado, IEL, UNICAMP, Campinas, SP. 1995.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Tutela penal do meio ambiente**, SP: Saraiva, 1998.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. Cidade e discurso – paradoxos do real, do imaginário, do virtual. In. **RUA, n.º 4**, UNICAMP - NUDECRI, Campinas, SP. 1998.

_____. Um Estranho no Ninho – Entre o Jurídico e o Político: o Espaço Público Urbano. In. **RUA**, UNICAMP – NUDECRI. Campinas, SP. 1999.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL, **Constituição Federal de 1988**.

MATO GROSSO, **Constituição do Estado de Mato Grosso**, 1989.

MATO GROSSO, **Lei de Crimes Ambientais da Natureza**.n.º 9.605 de 12.02.98.

BRASIL, **Lei da Pesca Federal 6.938**, de 31 de agosto de 1981.

MATO GROSSO, **Lei Estadual 5.218 de 23 de dezembro de 1987**. Transformação da FUNDEPAN em Fundação Estadual de meio Ambiente.

MATO GROSSO, FEMA/MT. **Lei de Pesca** n.º 6.672 de 20.10.95.

MATO GROSSO, **Política Estadual de Recursos Hídricos**. Lei n.º 6.945, de 05.11.97.